



# IMPACTOS DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO NA IMAGEM PÚBLICA DO PODER LEGISLATIVO<sup>1</sup>

## EFFECTS OF THE BRAZILIAN YOUTH PARLIAMENT PROJECT IN THE PUBLIC IMAGE OF LEGISLATURE

Antonio Teixeira de Barros  
Lúcio Meireles Martins<sup>2</sup>

**Resumo:** *Avalia os impactos do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) nas percepções políticas dos egressos, quanto à imagem pública do Poder Legislativo. A imagem pública está diretamente relacionada com a confiança institucional. Dessa forma avalia-se a correlação desses dois aspectos. A análise é guiada pela seguinte indagação: eventuais impactos positivos de um projeto institucional de simulação parlamentar para jovens podem interferir na visão dos egressos sobre a imagem institucional e a confiança política? A análise baseia-se em levantamento do tipo survey, com questionário aplicado on-line, em 2014, com 27,93% do universo estudado. A principal conclusão é que o PJB exerceu efeitos duradouros nos egressos, tanto em relação à melhoria da imagem do Poder Legislativo, quanto ao fortalecimento da confiança política.*

**Palavras-Chave:** *Imagem pública. Educação política. Poder Legislativo.*

**Abstract:** *Analyses the effects of the Brazilian Youth Parliament (PJB) in political perceptions of the participants. The public image is directly related to the institutional trust. Thus we evaluate the correlation of these two aspects. The analysis is guided by the following question: possible positive effects of an institutional project of parliamentary simulation for young people can interfere in institutional image and political trust? The analysis is based on a survey applied online in 2014, with 27.93% of the universe studied. The main conclusion is that the PJB effects are permanent in the image of Legislature and about the improving of political trust.*

**Keywords:** *Public image. Political literacy. Legislature.*

---

## 1. Introdução

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 3: Imagem Pública e Comunicação Institucional do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 22 a 24 de abril de 2015.

<sup>2</sup> Antonio Teixeira de Barros é professor do Mestrado em Poder Legislativo do Centro de Formação da Câmara dos Deputados, Doutor em Sociologia, [antonibarrosgmail.com](mailto:antonibarrosgmail.com); Lúcio Meireles Martins, é analista em comunicação social da Câmara dos Deputados e pesquisador do Cefor, especialista em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, [luciogoiano@hotmail.com](mailto:luciogoiano@hotmail.com)



O artigo tem como objetivo principal analisar os impactos do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) nas percepções políticas dos egressos. O foco específico da pesquisa são os efeitos do PJB na imagem pública do Poder Legislativo segundo a perspectiva dos jovens egressos. A imagem pública está diretamente relacionada com a confiança institucional, dessa forma avalia-se a correlação dessas duas perspectivas. O levantamento foi guiado pela seguinte indagação: eventuais impactos positivos de um projeto institucional de simulação parlamentar juvenil pode interferir na percepção dos egressos na percepção sobre a imagem pública do Poder Legislativo?

A análise está baseada em levantamento do tipo *survey*, com questionário aplicado on-line em 2014. Os ex-participantes das edições de 2004 a 2013 (10 eventos) foram contatados via e-mail e Facebook, quando foram convidados a preencher um questionário com questões abertas e fechadas. Do total de 762 jovens que participaram do projeto nas dez edições mencionadas, 176 responderam o questionário, representando 23,09% do universo estudado.

Intentou-se a realização de um censo junto as participantes e ao final da coleta de dados, optou-se pela exclusão das respostas relativas aos dois anos iniciais (2004 e 2005), em vista do baixo índice de respostas advindo da dificuldade de contato com esse grupo<sup>3</sup>. Assim, a análise final contempla oito anos de execução do PJB, isto é, de 2006 a 2013, totalizando 169 respondentes, o que corresponde a 27,93% do total de egressos das oito edições mencionadas. Essa decisão baseia-se nas diversas características desse público analisado no estudo, entre elas, gênero, idade, moradia em capital ou cidade do interior e escolaridade<sup>4</sup>, já que a análise de uma amostra com apenas duas (2004) ou cinco (2005) respostas não abarcaria esses variados fatores necessários à compreensão dos fenômenos estudados.

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que os grupos iniciais ainda não dispunham das facilidades de contato eletrônico, como no período mais recente.

<sup>4</sup> Não foram analisados fatores socioeconômicos, pois essa questão poderia prejudicar o levantamento de dados devido ao constrangimento que acarretaria na coleta. Outro fator não estudado foi a proveniência dos egressos de escolas públicas ou particulares, já que os egressos das edições mais antigas passaram por outras instituições também públicas ou privadas como universidades e outras instituições de ensino, o que inviabilizaria uma análise isolada dessa característica.

## 2. Imagem pública e confiança institucional

A imagem pública dos governantes, das instituições e de seus representantes exerce um papel fundamental na vida política, uma vez que está diretamente associada ao capital simbólico da credibilidade e da confiança, o que tem reflexo direto na reputação institucional (GOMES, 2006). Afinal, complementa Baldissera (2004, p.197) “a imagem-conceito contempla a noção de reputação, pois formar conceito implica apreciar, considerar, ajuizar, sentenciar e sancionar”. Trata-se, portanto, de uma forma simbólica, nos termos de Thompson (1995) ou seja, expressão significativa produzida, transmitida e recebida em contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados. Em razão disso, a imagem pública, entendida como forma simbólica, é passível de “complexos processos de valorização, avaliação e conflitos” (THOMPSON, 1995, p.203). A valorização ocorre no plano simbólico, por meio da aprovação ou rejeição da imagem pública projetada para a opinião pública. Essa valorização simbólica implica, portanto, constante avaliação e conflito, em função das dinâmicas de visibilidade.

### 2.1. Imagem pública e visibilidade

A imagem pública é consequência da visibilidade, uma vez que aquilo que é mostrado produz efeitos cognitivos e simbólicos no público (GOMES, 2004). Como define Weber (2004, p.), “a imagem pública é resultante da imagem conceitual, emitida por sujeitos políticos em disputa de poder e recuperada na síntese de imagens abstratas (o intangível, a imaginação), com as imagens concretas (o tangível, os sentidos)”.

Além da *performance* dos mídias, operadores por excelência da visibilidade, a imagem pública depende ainda de fatores político-institucionais e de características da cultura política (NOLETO FILHO, 2014). Isso significa que as percepções públicas sobre determinada instituição e seus representantes dependem do modo como a própria instituição se relaciona com a sociedade e de como esta mesma sociedade constrói suas representações políticas. Por essa razão, trata-se de um “conceito híbrido forjado na combinação de visibilidades e



segredos” (WEBER, 2009, p.11), a partir da articulação entre os três fatores mencionados, com forte impacto na reputação institucional.

Existe, portanto, um processo de reciprocidade entre instituição e sociedade no processo de construção da imagem pública, com base na comunicação mediada:

A imagem pública pode ser formulada sobre o “reconhecimento” da instituição ou sujeito que fala sobre o tema que adquire significado na recepção a partir da identificação da sua “representatividade, legitimidade, autoridade, autonomia, compromisso” com o tema. Influenciam na formulação dessa opinião a modalidade discursiva, as mídias e os emissores de informações sobre o tema em questão, especificamente, como notícia, opinião, propaganda; rádio, televisão, internet, mídia impressa; manifestação pública; comunicação institucional, eventos ou comunicação mediática (...) Quanto maior a repercussão do tema para a vida do indivíduo, da sua classe, da sociedade, maior será sua capacidade seletiva e, conseqüentemente, a reunião de dados e informações ampliando a sua possibilidade de formar criticamente uma imagem pública sobre as instituições e sujeitos em questão (WEBER, 2009, p.22).

A construção da imagem pública está associada, portanto, à produção, e divulgação de opiniões e à conseqüente adesão do público a determinadas formas de pensar. Afinal, a política se baseia na capacidade de formar opinião (ARENDR, 1983). Enquanto as ciências exatas e naturais operam com evidências racionais ou provas empíricas expressas em definições, postulados, teoremas e similares (discursos monológicos), a política situa-se no campo dialógico da pluralidade de ideias, uma vez que se trata de uma atividade que se instaura na relação entre os homens, ou seja, a pluralidade está na sua própria origem e a visibilidade lhe é inerente (THOMPSON, 1995). Tal raciocínio conduz ao pressuposto de que a política se situa no âmbito da opinião, com todas as implicações positivas e negativas.

Um conceito central, nessa ordem de ideias, é o de opinião pública<sup>5</sup>, em sua relação direta com as práticas políticas. A esse respeito, cabe ressaltar que, no âmbito da Ciência Política, no Brasil, os estudos sobre opinião pública ocupam-se mais do comportamento eleitoral do que propriamente da formação da opinião. As principais explicações para o comportamento eleitoral vêm de duas principais

---

<sup>5</sup> Não é objetivo deste trabalho discorrer sobre a complexidade teórica envolvida na discussão sobre o conceito de opinião pública, até porque não haveria espaço para tal. Um panorama dessa discussão, do ponto de vista da Ciência Política, é formulado por Cervi (2006).

vertentes: a teoria da escolha racional e a perspectiva sociológica (CASTRO, 1992). Entendemos a primeira, resumidamente, como aquela que explica comportamentos políticos considerando os cidadãos como racionais e sempre com intenção de maximizar seus ganhos, obviamente com pequenas variações teóricas entre os autores que trabalham com esta base (DOWNS, 1957; FIORINA, 1981; MENEGUELLO, 1995). E a segunda, como aquela que explica a direção do voto também por variáveis de tipo social e comunicacional, ligadas à participação política, como grupo social, escolaridade, exposição à propaganda, etc. (CASTRO, 1992; KEY, 1966; FIGUEIREDO, 1991; ALDÉ ET AL., 2007).

Em seu processo de conceituação geral, a opinião pública concentra um dos debates mais polêmicos e inacabados na atualidade (CERVI, 2006, p.132). Recorremos aqui a uma síntese conceitual, a partir das contribuições de autores como Niklas Luhmann (2005), Walter Lippmann (2008) e Habermas (1971; 1984)<sup>6</sup>.

Luhmann analisa a opinião pública como indissociável da democracia. Afinal, o sistema político é baseado em variadas formas de comunicação, informação e opinião. Existe, portanto, um *acoplamento estrutural* entre o sistema político e a opinião pública. Por essa razão, os *media* exercem papel central na função de legitimação de determinadas correntes de opinião. Esteves (2005, p.289) resume como essa função é exercida pelos meios de comunicação, os quais fornecem diariamente aos cidadãos as motivações necessárias à aceitação das “formas elementares de sentido” que sustentam as decisões políticas e produzem um efeito de “generalização normativa”, por meio de uma “linguagem funcionalizada” da política. Isso produz impacto na seleção temática, reduzindo a complexidade da agenda a alguns núcleos, os quais se mostram ajustáveis às dinâmicas decisórias do sistema político. Dessa forma, a opinião pública assume a função de “mecanismo-guia” do sistema político, “que não determina o que é verdadeiro, nem o exercício do domínio, nem a formação da opinião, mas só estabelece os limites daquilo que é progressivamente possível” (ESTEVES, 2005, p. 317-18).

---

<sup>6</sup> Utilizamos na realidade os pontos de convergência teórica entre esses autores, com a ressalva de que o pensamento de cada um deles é portador de particularidades que não cabem aqui, principalmente pela falta de espaço.

Walter Lippmann também discute a legitimidade da opinião pública, ao questionar a relação entre os fatos, a divulgação deles e a imagem formada individualmente pelos cidadãos. Em outras palavras, o autor discute a natureza da mediação simbólica protagonizada pelos media, uma vez que a realidade é inacessível diretamente pelos indivíduos em seus diferentes mundos privados. Para Lippmann há uma série de fatores que interferem na transmissão de imagens, informações e opiniões, a começar pelas limitações técnicas dos *media*, padronizações e formatos, além dos estereótipos e eventuais restrições na divulgação de determinados temas. Em relação ao público, o autor chama atenção para outro conjunto de fatores que também podem interferir, como o interesse do público, o grau de conhecimento dos temas abordados e a falta de acesso direto ao contexto originário dos acontecimentos. A opinião reconhecida como pública resulta, portanto, de variados fatores que condicionam sua conformação, a exemplo da ação articulada de grupos de interesse que utilizam a vitrine dos media. Assim, trata-se de uma opinião que se torna pública, mas não nasce do público.

Habermas, por sua vez, associa o conceito de opinião pública à noção de publicidade, ou seja, às dinâmicas de debate público de argumentos que interessam a um público. A publicidade remete, em termos gerais, ao estatuto daquilo que é público, à qualidade ou estado das coisas públicas (tornar público). Na visão habermasiana, nas sociedades democráticas os *media* exercem a função de “enfeixar” as distintas correntes de opinião, por meio de ação instrumental que seletivamente exclui determinados assuntos da discussão pública, enquanto acentua politicamente a inserção de outros temas.

Essa ação instrumental produz efeitos nos processos de formação, circulação e de expressão da opinião pública. O autor atribui à opinião pública (no sentido midiático) a função de legitimar o domínio político por meio de um processo estratégico de comunicação sustentado nos princípios de um consenso que deixa de ser racionalmente motivado e torna-se estrategicamente orientado. Assim, a esfera pública originalmente entendida pelo autor como instância ativa da opinião pública, torna-se uma instância meramente receptiva, em que os indivíduos “isolados e sem possibilidade de comunicação real com os representantes de

instituições políticas, reagem apenas aclamando, enquanto os representantes usam esse espaço para a divulgação manipulativa das mensagens” (CERVI, 2006, p.115).

Em resumo, apesar da complexidade e da amplitude do debate, alguns autores assinalam que a opinião pública é manifestada publicamente, com o respaldo de um grupo, uma elite e se refere a algo de interesse público. Constitui, portanto, uma espécie de consenso socialmente construído ou induzido, embora isso não signifique unanimidade (CHAMPAGNE, 1988). Converte para a coincidência da atenção pública em relação a determinadas questões ou temas, mas sem necessariamente implicar adesão dóxica generalizada da população. O debate coletivo contribui para fortalecer a opinião pública. Quando bem conduzido, o debate pode tornar a discussão mais racional e crítica, isto é, pode depurar os juízos de valor e ressaltar os juízos de fato. No sentido moderno, a opinião pública pressupõe uma sociedade civil distinta do Estado, livre e articulada<sup>7</sup>.

No que diz respeito especificamente ao parlamento, com base no conceito de Habermas (1994), é interessante considerar ainda o que se chama de regime de opinião, instaurado com os primeiros governos liberais, no princípio do século XIX. Em um regime de opinião seria lícito e prudente aos parlamentares consultar a opinião pública, já que a origem do poder em uma democracia é popular (SÁ, 2004; HABERMAS, 1994). Nele há racionalidade e discussão, que confeririam o princípio de autoridade, que pode ser reforçado ou questionado pela população, a depender da natureza da imagem pública dominante e do nível de confiança da sociedade nas instituições políticas, conforme será abordado a seguir.

## **2.2. Confiança e imagem pública**

A confiança institucional é um dos elementos centrais da modernidade, na forma de credibilidade pública, o que se reflete diretamente na imagem e na reputação de governos e instituições públicas. Trata-se de “uma forma de fé na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva” (GIDDENS, 1990, p.29).

---

<sup>7</sup> Para um panorama dessa perspectiva, ver Michel Thiollent (1986) e Elisabeth Nöelle-Neumann (1993).

Dessa forma, a confiança expressa no nível de adesão ao regime democrático e na utilização das instituições oficiais constitui um fator simbólico de suma importância para a estabilidade política e institucional.

Como assinala Miguel, há uma “deterioração da adesão popular às instituições representativas” (2003, p.123), especialmente sob o ponto de vista liberal de democracia adotado por autores como Schumpeter. Em outra obra, Miguel faz uma síntese dos estudos que apontam uma crise da representação ou da democracia nos países ocidentais nos anos 70 e 90 do século passado e que revelam “o descrédito generalizado das instituições representativas entre os cidadãos comuns” (MIGUEL, 2005, p.27). A confiança, portanto, pode se tornar um antídoto às recorrentes crises das democracias (MCCOY, 2000).

Vários outros autores (PORTO, 1996; BOSCHI, 2004; STOKER, 2006; DALTON, 2007; MOISÉS, 2009) enfatizam a crise de descrédito por que passam as instituições políticas contemporâneas. Pesquisas recentes revelam que o nível de confiança da população nas instituições políticas nunca foi tão baixo, especialmente em relação às Casas Legislativas (LESTON-BANDEIRA, 2012). Essa desconfiança nos políticos, o ceticismo em relação a instituições democráticas e a desilusão com o processo democrático chegam a ser apontadas por Dalton (2007) e Stoker (2006) como o grande desafio das democracias contemporâneas, já que é comum a todas as democracias industriais avançadas. A desconfiança é apontada em vários estudos da ciência política<sup>8</sup> como efeito da percepção da corrupção e ênfase dos *media* em informações sobre condutas inadequadas de parlamentares e figuras da vida pública (POWER; JAMINSON, 2005). O desenvolvimento de uma cidadania cada vez mais crítica e vigilante também é apontado como um dos fatores do aumento da desconfiança (RIBEIRO, 2011).

Boschi (2004, p. 3) explica que isso se deve a ausência de resultados substantivos das instituições democráticas, que correspondam às expectativas dos cidadãos em relação a mudanças, revelando um descompasso muito grande entre o que chama de democracia formal e substantiva no Brasil e na América Latina em

---

<sup>8</sup> Para um panorama desses estudos, ver Power e Jaminson, 2005; Colen, 2010; Lopes, 2004; Ribeiro, 2011, entre outros.



geral, com implicações sobre a qualidade da democracia. Ainda que certo grau de desconfiança seja necessário para garantir a fiscalização ou para estimular reformas e melhorias no processo democrático, a confiança é importante, se não para a existência da democracia, ao menos para sua vitalidade (TILLY, 2008; NORRIS, 1999; LIJPHART, 2001).

Dessa forma, as instituições políticas surgem como “fatores de diminuição de risco” (FERES JÚNIOR; EISENBERG, 2006, p.471), pois seu funcionamento adequado inibe previamente os potenciais quebradores de confiança e possibilita a reparação dos danos causados pelo não cumprimento das regras por alguns. Para os autores, as instituições servem como espaço de discussão e deliberação de três tipos de demandas sociais em um regime democrático: reconhecimento, redistribuição e revisão das regras das próprias instituições (2006, p.473).

O fato é que o debate sobre democracia está diretamente relacionado com a questão da confiança do cidadão nas instituições. A discussão está conectada à ideia de que a confiança da população nas instituições de seus países ou comunidades é um aspecto essencial para a legitimidade do regime político e, portanto, para a estabilidade do sistema social. De maneira geral, podemos dizer que quanto mais confiança nas instituições, maiores as chances de desenvolvimento de um regime democrático satisfatório para a população (DAHL, 1989; NORRIS, 1999; LIJPHART, 2001; TILLY, 2008). No sistema representativo, com parlamentos, isso se adquire ainda mais importância.

Estudos empíricos internacionais mostram que embora a confiança nas instituições políticas esteja em declínio o mesmo não se verifica quando se trata das pesquisas sobre a adesão dos cidadãos à democracia. A interpretação do fenômeno é complexa e multifacetada. Por um lado, há análises que associam a desconfiança ao avanço da cidadania crítica, como é o caso de Pipa Norris (1999). Para a autora, quanto mais críticos os cidadãos se tornam, mais exigem dos representantes e das instituições. Em perspectiva contrária, o argumento mais citado baseia-se na visão de Clauss Offe (1999), segundo o qual a desconfiança generalizada dos cidadãos nas instituições e nos governantes pode comprometer a relação entre governantes e governados, uma das bases de sustentação dos regimes democráticos.

No caso do Brasil e das demais jovens democracias latino-americanas, os estudiosos apontam que elas padecem da “síndrome de desconfiança generalizada” (POWER; JAMINSON, 2005; COLEN, 2010; LOPES, 2004; RIBEIRO, 2011). Mas seriam as causas da desconfiança política na América Latina as mesmas identificadas nas democracias avançadas? Segundo Ribeiro (2011), as razões são distintas e as explicações devem ser buscadas no contexto cultural e histórico. Enquanto nas democracias consolidadas a desconfiança é fruto do elevado nível de escolarização e informação dos cidadãos críticos, nas jovens democracias latinas, a explicação estaria na desilusão dos cidadãos com o funcionamento concreto das instituições políticas, principalmente os parlamentos. Em um ambiente social marcado por extremas desigualdades, a percepção dos cidadãos de que os sistemas político e econômico “beneficiam diferentemente os indivíduos pode levar a uma sensação de que as instituições não são confiáveis” (COLEN, 2010, p.5). Essa “síndrome cultural latinoamericana” teria se enraizado no modo de vida dos cidadãos dessas jovens democracias, estruturando, assim, “uma convivência marcada entre as pessoas e, por decorrência, pela desconfiança em relação às instituições do Estado” (COLEN, 2010, p.4).

O Brasil segue em percursos interpretativos distintos das democracias industriais avançadas. A baixa confiança, nesse cenário, se mostra próxima a sentimentos de apatia e distanciamento com relação aos aspectos políticos, não refletidos em atitudes de crítica para com o sistema. Esses apontamentos nos levam a confirmar a necessidade de se pautar os estudos sobre cultura política com base em suas realidades contextuais, longes dos padrões vigentes em democracias industriais avançadas.

Outra observação pertinente é de que os parlamentos não são o foco exclusivo da desconfiança da população, mas são um ponto de concentração de desconfiança. Norris (2011, p. 103) chama atenção, em estudo comparativo de 11 países, para o fato de que a confiança nesta instituição específica apresenta queda significativa ao longo do tempo.

Em relação à juventude, levantamentos mostram até 82% de desinteresse dos jovens pela política em suas modalidades institucionalizadas<sup>9</sup> (BAPTISTA et al., 2013). Isso se deve principalmente à recorrente associação entre política e corrupção, o que reforça o pessimismo e a descrença da juventude:

Descrentes da política, desconfiados das instituições representativas, suspeitosos em relação à organização do processo eleitoral e com poucas expectativas de serem ouvidos pelas lideranças, os jovens acabam por participar pouco da vida política. Constata-se uma reduzida experiência associativa e, mesmo, certa tendência a que essa participação fique ainda menor. Apenas 18,8% deles participam de organizações como partidos políticos, sindicatos, organizações não governamentais, associações de bairro, religiosas ou estudantis. Atualmente, a principal forma de os jovens participarem é por meio de associações religiosas (8,4%). O ingresso em partidos políticos (1,4%) ou mesmo em associações estudantis (2,6%) é praticamente nulo (TELLES e DIAS, 2010, p.97).

Diante desse cenário importa avaliar como o PJB interfere na relação dos egressos com a política, sob o ângulo específico da imagem pública do Poder Legislativo e da confiança política.

### **3. O Parlamento Jovem Brasileiro**

O PJB é um projeto anual de simulação parlamentar juvenil. Estudantes do ensino médio e técnico de escolas públicas e privadas, entre 16 e 22 anos (2º ou 3º anos), são convidados a participarem de um concurso de projetos de lei, por meio do qual são selecionados 78 jovens que terão a oportunidade de passar por um processo de formação e prática parlamentar simulada, durante uma semana, na Câmara dos Deputados.

A iniciativa foi idealizada pelo então Deputado Federal Lobbe Netto (PSDB/SP) e instituído como um projeto institucional da Câmara dos Deputados por meio da resolução 12/2003. Em novembro daquele ano, previa-se inicialmente um projeto a ser desenvolvido em parceria com as instituições representativas estudantis (UNE e UBES) que promoveriam a seleção por meio de eleições abertas aos estudantes. Percebe-se assim que o objetivo inicial do projeto era de formar líderes políticos, dada essa intenção de se vincular ao movimento estudantil.

---

<sup>9</sup> Trata-se da pesquisa Juventude, Participação e Voto realizada por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2010. Disponível em: [http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pesquisas\\_detalhe.php?id=41](http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pesquisas_detalhe.php?id=41)



Também previa-se alternância de turmas do ensino médio e do ensino superior a cada ano.<sup>10</sup> Porém, já na primeira edição do projeto, em 2004, foi iniciado com outra configuração, bastante semelhante com o formato atual, direcionado aos jovens do ensino médio e com seleção realizada por meio de concurso de redação legislativa. Apesar de alterações pontuais de procedimentos, seja na seleção ou nas atividades didáticas e de simulação, o projeto vem tendo uma constância de seus procedimentos e conteúdos, o que facilita uma análise histórica dos seus resultados. Desde que foi criado, o PJB já realizou onze edições (2004-2015).

Apesar de não ter se efetivado a participação das instituições estudantis, uma das características do projeto está no envolvimento interinstitucional. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) tem papel essencial na difusão do programa nacionalmente. As secretarias estaduais realizam a divulgação do projeto por meio de releases pré-elaborados, spots de rádio e peças publicitárias impressas, oferecidos pela Câmara dos Deputados, e recebem as inscrições com os projetos de lei para uma primeira avaliação de questões documentais obrigatórias. O servidor indicado por cada secretaria de educação, também faz uma primeira seleção dos projetos com base em critérios pré-estabelecidos e os escolhe em até 4 vezes a quantidade de vagas de cada estado. A seleção final dos projetos escolhidos é feita pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. No mês de março é realizado um encontro com esses servidores dos estados com diferentes objetivos: avaliação da edição anterior, conscientização quanto à importância da educação política, busca de compromisso com as etapas de organização do programa e apresentação da campanha de divulgação da edição seguinte.

A simulação inclui eleição da Mesa Diretora, debates nas comissões temáticas, além de votação em plenário de proposições, sendo todas as atividades organizadas conforme o Regimento Interno do PJB, homologado pelo Ato da Mesa Diretora da Câmara nº 49/2004.

---

<sup>10</sup> Regimento interno do PJB ainda mantém essas intenções iniciais apesar das modificações por que passaram o projeto: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/parlamentojovem/regimento-interno-do-parlamento-jovem-brasileiro>

#### 4. Análise dos resultados

A análise dos dados inicia com a caracterização da amostra estudada, com ênfase para os seguintes aspectos: faixa etária dos respondentes, sexo, ano de participação, região e escolaridade. O objetivo dessas informações é contextualizar as respostas dos sujeitos da pesquisa.

A amostra estudada inclui participantes de 16 a 29 anos, sendo cerca de 52% mulheres e 48% homens (TAB. 1).

TABELA 1  
Idade e sexo dos informantes

| Faixa etária | N   | %     | Gênero    | N   | %     |
|--------------|-----|-------|-----------|-----|-------|
| 16 a 19      | 55  | 32,54 | Masculino | 88  | 47,93 |
| 20 a 25      | 102 | 60,36 | Feminino  | 81  | 52,07 |
| 26 a 29      | 12  | 7,10  |           |     |       |
| Total        | 169 | 100   |           | 169 | 100   |

Fonte: Elaboração dos autores.

Do ponto de vista da faixa etária, predominam os respondentes entre 20 e 25 anos, com 102 registros, equivalente a 60,35%. Quanto à relação entre o percentual de masculinos e femininos, os dados são coerentes com a realidade nacional e também com o número de eleitores (48%) e eleitoras (52%), segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral.<sup>11</sup>

Quanto à distribuição por ano, a TABELA 2 mostra um relativo equilíbrio no número de respondentes de cada uma das edições do PJB, com o percentual mínimo de 19,48% em 2010 e o máximo de 40,51% em 2013. Mesmo quando se trata dos percentuais menores a amostragem é representativa.

TABELA 2  
Quantitativo das amostras por edição

| Edição | Amostra | População | Porcentagem |
|--------|---------|-----------|-------------|
| 2006   | 17      | 78        | 21,79%      |
| 2007   | 30      | 77        | 38,96%      |
| 2008   | 21      | 78        | 26,92%      |

<sup>11</sup> Em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>

|       |     |     |        |
|-------|-----|-----|--------|
| 2009  | 18  | 65  | 27,69% |
| 2010  | 15  | 77  | 19,48% |
| 2011  | 20  | 81  | 24,69% |
| 2012  | 16  | 70  | 22,86% |
| 2013  | 32  | 79  | 40,51% |
| Total | 169 | 605 | 27,93% |

Fonte: Elaboração dos autores.

Os egressos que responderam a pesquisa residem em grande parte em cidades do interior<sup>12</sup> (64%) e os demais em capitais, com predomínio de residentes nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, como mostra a TABELA 3. Uma informação complementar relevante é que a amostragem de egressos segmentada conforme a região geográfica é relativamente coerente com a distribuição do eleitorado regional<sup>13</sup>.

A quantidade de vagas do projeto é proporcional ao quantitativo de cadeiras na Câmara dos Deputados que, por sua vez, está vinculada à população dos estados brasileiros. Conforme pode ser verificado na TABELA 3, a realização da pesquisa resultou numa proporção muito próxima entre a amostra e a proporção da população de eleitores das regiões, com leve diferença em algumas e um maior percentual na amostra do Sudeste. Considera-se assim que os dados levantados tem uma boa representatividade do perfil dos egressos do PJB.

TABELA 3  
Comparação da amostra dos egressos e população de eleitores

| Região       | N   | Amostra em relação à população de egressos | Proporção da população brasileira por região | Eleitores N | Eleitores % |
|--------------|-----|--|--|-------------|-------------|
| Norte        | 15  | 8,44%                                      | 8,88%  | 10.271.682  | 7,179       |
| Sudeste      | 69  | 42,01%                                     | 40,83%                                       | 354.549     | 0,248       |
| Centro-Oeste | 19  | 7,45%                                      | 11,24%                                       | 38.313.700  | 26,779      |
| Nordeste     | 40  | 27,75%                                     | 23,67%                                       | 10.837.919  | 7,575       |
| Sul          | 26  | 14,32%                                     | 15,38%                                       | 62.170.464  | 43,454      |
| Total        | 169 | 100  | 100  | 21.124.249  | 100         |

Fonte: Elaboração dos autores, com dados do TSE – Estatística de eleitorado em 2015.

<sup>12</sup> As cidades foram classificadas em capital ou cidade de interior, sem uma análise mais detalhada do tamanho das cidades. Cidades de regiões metropolitanas das capitais, quando nomeadas diretamente foram consideradas cidades do interior, pois isso indicaria uma vinculação maior à localidade mais próximo do que à metrópole.

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado>

Em relação à formação educacional dos egressos, grande parte dos respondentes está em processo de graduação ou já se formaram<sup>14</sup> (69,05%). Quando se separa apenas aqueles graduados ou graduandos em ciências humanas ou sociais aplicadas chega-se a um percentual de 47,93% do geral da amostra, conforme a TABELA 4.

TABELA 4  
Escolaridade dos egressos

| Formação        | Quantitativo de respostas | Proporções da amostra |
|-----------------|---------------------------|-----------------------|
| Médio e técnico | 33                        | 19,53%                |
| Graduação       | 116                       | 68,64%                |
| Pós-graduação   | 20                        | 11,83%                |
| Total           | 169                       | 100                   |

Fonte: Elaboração dos autores.

#### 4.1. Imagem pública do Poder Legislativo

Em relação à imagem do Poder Legislativo, os resultados mostram um efeito positivo do PJB sobre os jovens participantes. Ao serem indagados se a imagem que eles tinham do Poder Legislativo melhorou ou piorou após a participação no PJB, os percentuais de respostas foram os seguintes: melhorou muito (47,34%); melhorou um pouco (36,09%); permaneceu igual (6,51%); piorou um pouco (4,73%); piorou muito (5,33%), como mostra a TABELA 5. Somadas as duas primeiras alternativas, o percentual chega a 83,44%, um expressivo impacto na imagem pública dos egressos.

TABELA 5  
A imagem do Poder Legislativo após participar do PJB

| Alternativas      | N   | %     |
|-------------------|-----|-------|
| Melhorou muito    | 80  | 47,34 |
| Melhorou um pouco | 61  | 36,09 |
| Permaneceu igual  | 11  | 6,51  |
| Piorou um pouco   | 8   | 4,73  |
| Piorou muito      | 9   | 5,33  |
| Total             | 169 | 100   |

Fonte: Elaboração dos autores.

Quando analisados os resultados para homens e mulheres separadamente percebe-se uma leve diferença da melhoria da imagem entre os homens, sendo que

<sup>14</sup> Cabe ressaltar que os dados se referem ao momento em que os egressos responderam o questionário e não ao período em que participaram do PJB.

53,41% deles afirmaram que a imagem melhorou muito, já entre as mulheres, apenas 40,74%. Conforme pode ser observado na **FIGURA 1**, a percepção da influência do PJB na imagem do Parlamento apresenta relação com o nível educacional dos egressos, pois há uma diminuição do maior nível de mudança da imagem conforme aumenta a formação educacional. O percentual de egressos pós-graduados ou pós-graduandos que afirmaram que a imagem piorou após a participação no PJB (2 níveis negativos – 20%) também reforça essa relação. Contudo é importante ressaltar que mesmo nesse público mais crítico, 80% consideraram alguma melhora da imagem pela participação no projeto (2 níveis positivos).

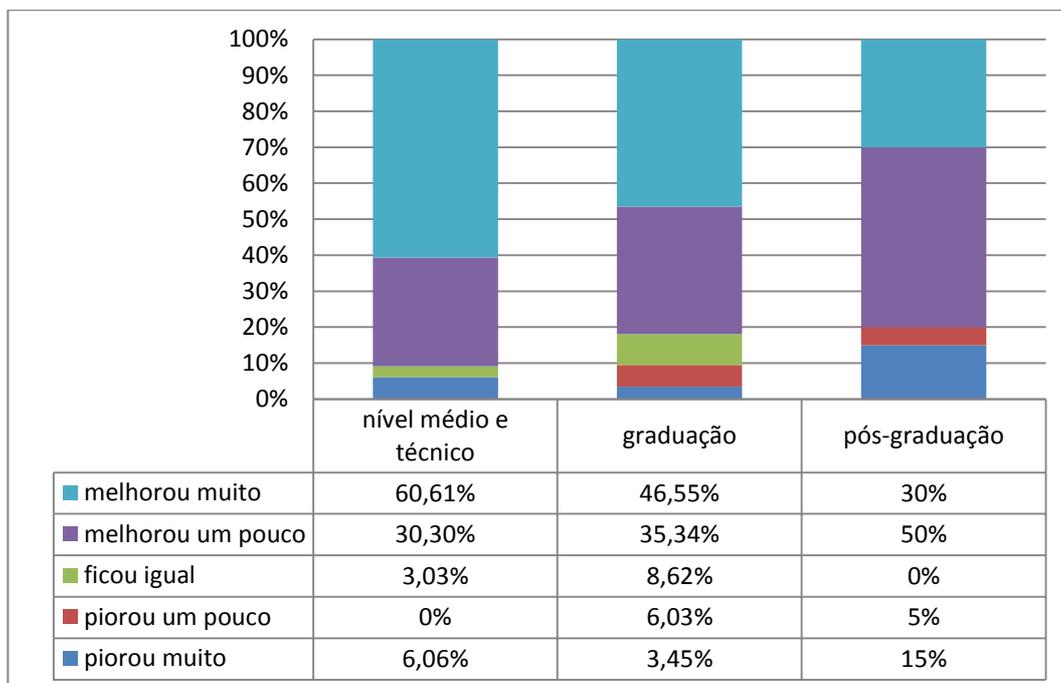


FIGURA 1 - Impactos do PJB na imagem pública do Poder Legislativo por nível educacional  
Fonte: elaboração dos autores.

A percepção da melhoria de imagem motivada pela participação no projeto apresenta-se de forma ampla entre egressos de todas as edições. Os maiores percentuais são percebidos nos egressos das edições mais recentes, o que diminui levemente nos participantes de edições anteriores, com exceção dos anos de 2009 e 2006, que apresentaram percentuais próximos das edições mais recentes.

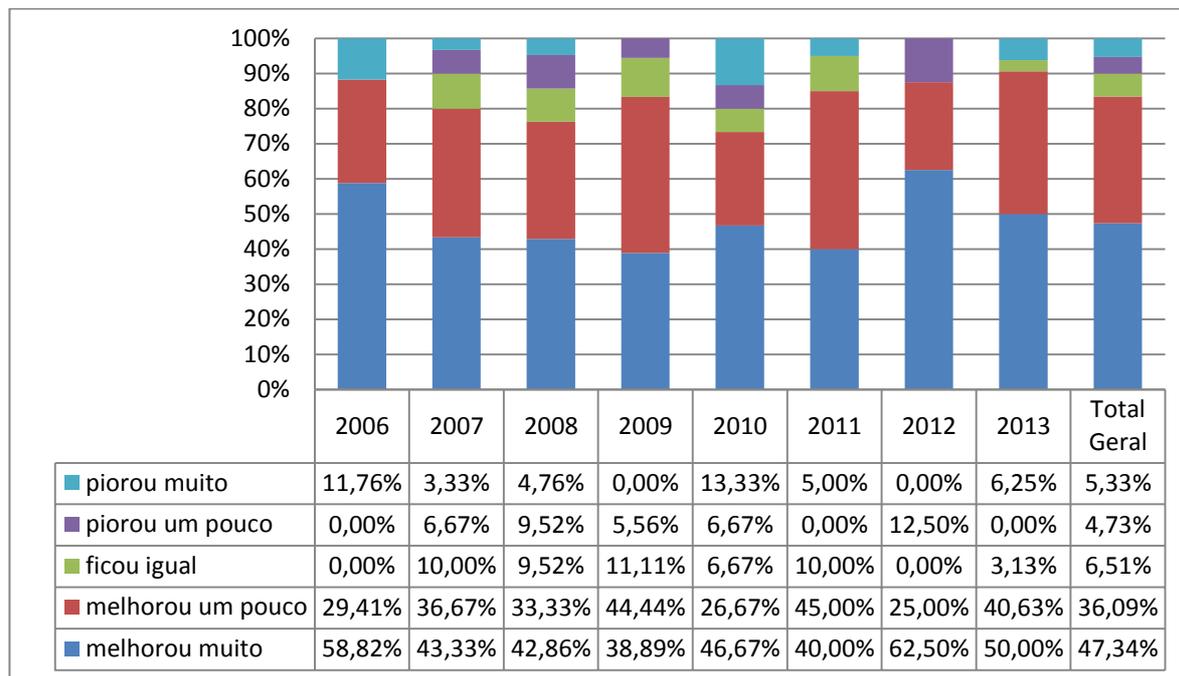


FIGURA 2 - Impactos do PJB na imagem pública do Poder Legislativo por edição  
 Fonte: Elaboração dos autores.

Perguntados qual o nível de conhecimento deles sobre o Poder Legislativo antes e depois do PJB, conforme se vê na TABELA 6, há uma significativa elevação em todos os itens.

TABELA 6  
 Nível de conhecimento acerca do Poder Legislativo antes e após a participação no PJB

| Antes do PJB                  | N   | %     | Depois do PJB                 | N   | %     |
|-------------------------------|-----|-------|-------------------------------|-----|-------|
| Nenhum conhecimento           | 16  | 9,46  | Nenhum conhecimento           | 1   | 0,59  |
| Pouco conhecimento            | 94  | 55,62 | Pouco conhecimento            | 12  | 7,10  |
| Nível médio de conhecimento   | 56  | 33,13 | Nível médio de conhecimento   | 65  | 38,46 |
| Nível elevado de conhecimento | 3   | 1,77  | Nível elevado de conhecimento | 91  | 53,84 |
| Total                         | 169 | 100   | Total                         | 169 | 100   |

Fonte: Elaboração dos autores.

A melhoria da imagem está relacionada com os conhecimentos adquiridos na experiência de simulação parlamentar, o que se verifica no cruzamento das respostas acerca do conhecimento das funções e atribuições do Legislativo após o PJB e a imagem deste Poder segundo os egressos (TAB. 7). Somando-se os percentuais de respostas nos dois maiores níveis de imagem (melhorou um pouco e

melhorou muito) e aquelas que também apontaram os dois maiores níveis de conhecimento do Legislativo (nível médio e nível elevado) chega-se a 78,7%, o que indica uma possível correlação entre maior conhecimento das atribuições do Poder Legislativo e o desenvolvimento de uma melhor imagem desta instituição.

TABELA 7  
Nível de conhecimento acerca do Poder Legislativo antes e após a participação no PJB

| Conhecimento do Legislativo   | piorou muito | %    | piorou um pouco | %    | ficou igual | %    | melhorou um pouco | %     | melhorou muito | %     |
|-------------------------------|--------------|------|-----------------|------|-------------|------|-------------------|-------|----------------|-------|
| nenhum conhecimento           | 1            | 0,59 | 0               | 0,00 | 0           | 0,00 | 0                 | 0,00  | 0              | 0,00  |
| pouco conhecimento            | 1            | 0,59 | 3               | 1,78 | 1           | 0,59 | 5                 | 2,96  | 2              | 1,18  |
| nível médio de conhecimento   | 5            | 2,96 | 3               | 1,78 | 6           | 3,55 | 29                | 17,16 | 22             | 13,02 |
| nível elevado de conhecimento | 2            | 1,18 | 2               | 1,18 | 4           | 2,37 | 27                | 15,98 | 56             | 33,14 |

O nível de conhecimento também foi associado a tópicos específicos, como a compreensão da relação entre Legislativo e Executivo, entendimento das funções do Poder Legislativo, das comissões permanentes / plenário, o papel dos parlamentares na dinâmica legislativa, o papel das lideranças partidárias, a relação da base parlamentar de apoio ao governo x oposição, o papel das lideranças partidárias, e o papel dos partidos políticos no Congresso Nacional. Em todos esses itens, o nível mais elevado de aprendizado, ou seja, respostas que indicaram bastante contribuição do projeto, ficaram entre 47,33% e 84,61%, como mostra a

### TABELA 8.

TABELA 8  
Nível de conhecimento acerca do Poder Legislativo após a participação no PJB

| Tópicos  | Resposta | N   | %     |
|--|----------|-----|-------|
| Compreensão da relação entre Legislativo e Executivo           | em nada  | 2   | 1,18  |
|  | um pouco | 37  | 21,89 |
|  | bastante | 130 | 76,92 |
| Entendimento das funções do Poder Legislativo                  | em nada  | 1   | 0,59  |
|  | um pouco | 29  | 17,16 |
|  | bastante | 139 | 82,24 |
| Entendimento das funções das comissões e do Plenário           | em nada  | 2   | 1,18  |
|  | um pouco | 24  | 14,20 |
|  | bastante | 143 | 84,61 |
| Compreensão do papel dos parlamentares na dinâmica legislativa | em nada  | 3   | 1,77  |
|  | um pouco | 35  | 20,71 |
|  | bastante | 131 | 77,51 |
| Entendimento da relação entre base x oposição                  | em nada  | 19  | 11,24 |
|  | um pouco | 70  | 41,42 |

|   |          |    |       |
|---|----------|----|-------|
| Entendimento do papel das lideranças partidárias                  | bastante | 80 | 47,33 |
|   | em nada  | 18 | 10,65 |
|   | um pouco | 70 | 41,42 |
| Compreensão do papel dos partidos políticos no Congresso Nacional | bastante | 81 | 47,92 |
|   | em nada  | 20 | 11,83 |
|   | um pouco | 58 | 34,32 |
|   | bastante | 91 | 53,84 |

Fonte: Elaboração dos autores.

## 4.2. Confiança política

A variação da confiança em relação ao Poder Legislativo também foi sensível. Foi perguntado qual seria o nível de confiança antes e, em outra questão, qual passou a ser o nível de confiança após o PJB, com ambas as questões respondidas no mesmo questionário. Fica evidente nos resultados uma variação significativa da confiança, enquanto que a maioria dos egressos considera seu nível de confiança no Legislativo, antes do PJB, nos dois menores níveis (51,89%), após a simulação parlamentar 85,2% se identificam com os dois maiores níveis. Esse resultado aponta para uma inversão de uma lógica comum também no eleitoral em geral, no qual se verifica um baixo nível de confiança no Parlamento, sendo que numa escala de 0 a 100, o IBOPE (2014) encontrou 35 pontos para a confiança no Congresso Nacional, o que, comparado a outras instituições sociais, perde apenas para os partidos políticos que têm a menor pontuação.

TABELA 9  
Confiança no Poder Legislativo antes e após o PJB

| <b>Confiança antes</b> | <b>N</b> | <b>%</b> | <b>Confiança após</b> | <b>N</b> | <b>%</b> |
|------------------------|----------|----------|-----------------------|----------|----------|
| nenhuma                | 16       | 9,47     | nenhuma               | 6        | 3,55     |
| quase nenhuma          | 70       | 41,42    | quase nenhuma         | 19       | 11,24    |
| alguma                 | 78       | 46,15    | alguma                | 90       | 53,25    |
| muita                  | 5        | 2,96     | muita                 | 54       | 31,95    |

Um dado relevante deste levantamento é o fato de que apenas 4,14% dos egressos tiveram uma variação negativa e outros 37,28% afirmaram que não houve variação da confiança, contudo 42,60% variaram um nível e outros 15,98% indicaram dois ou três níveis de variação positiva da confiança no Poder Legislativo. Para efeito de comparação, transpondo-se a escala utilizada de quatro níveis de

confiança deste estudo para uma escala centesimal<sup>15</sup>, verifica-se aproximadamente 47 pontos como percepção para o período anterior e 71 pontos após a participação, o que pode indicar um perfil diferenciado do público atendido em relação ao eleitorado nacional e também um aperfeiçoamento considerável do nível de confiança dos jovens no Poder Legislativo. O fator gênero não apresentou diferença significativa quando correlacionado com o nível de confiança no Poder Legislativo. De forma semelhante ao fator gênero, o nível educacional não indicou forte relação com o nível de confiança pós-PJB, porém há variações. Quando somados os dois maiores níveis de confiança em relação ao nível de formação foram encontrados: 81,81% - nível médio e técnico, 85,34% - graduação e 90% - pós-graduação. Em comparação com a imagem institucional, há uma situação inversa, já que o nível de confiança cresce levemente acompanhando a maior formação, enquanto que a melhoria da imagem apresentou leve decréscimo.

Como forma de avaliar se os egressos com maior tempo decorrido da participação no projeto teriam uma menor confiança no Legislativo, foram agrupados os dois menores níveis e também os dois maiores, conforme pode ser visualizado na FIGURA 3.

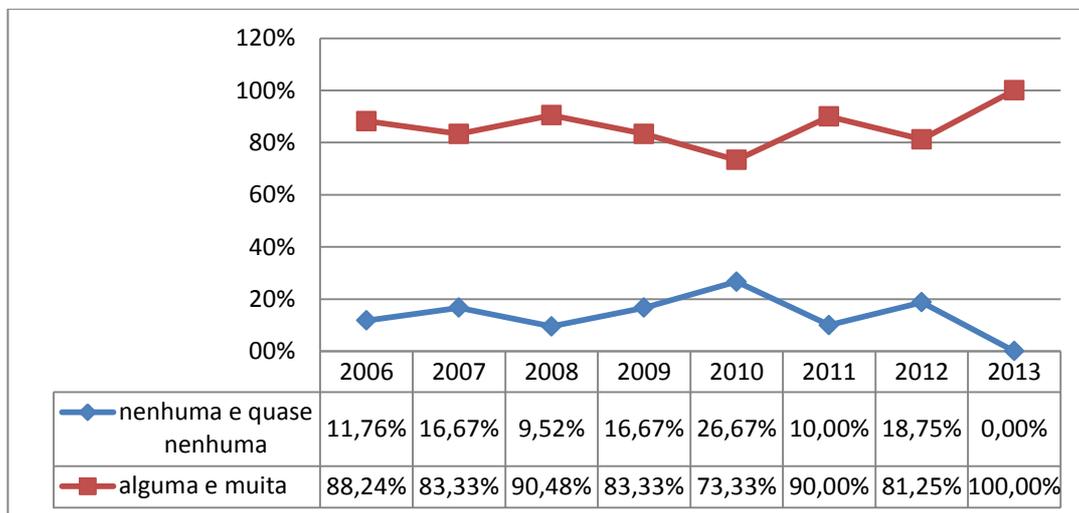


FIGURA 3 - Impactos do PJB na imagem pública do Poder Legislativo por edição<sup>16</sup>

Fonte: elaboração dos autores.

<sup>15</sup> Transposição realizada da seguinte forma: nenhuma confiança = 0, quase nenhuma = 33,33, alguma = 66,66 e muita = 100.

<sup>16</sup> Porcentagens de respostas relativas ao total de egressos de cada edição analisada do PJB.



Por meio dessa análise é possível perceber certa manutenção dos níveis de confiança no Poder Legislativo com o passar dos anos decorridos da participação no projeto, apesar de uma leve diminuição dessa confiança dos egressos nos quatro anos posteriores à participação. Um quantitativo a ser destacado, é que 29,58% (50 respostas) dos egressos em geral afirmaram ter muita confiança no Poder Legislativo após o PJB, o que demonstra um efeito significativo, já que apenas cinco afirmaram ter muita confiança no Parlamento em relação ao período anterior ao projeto (2,98%).

## 5. CONCLUSÕES

O presente estudo indica que a participação no projeto Parlamento Jovem Brasileiro tem gerado uma melhoria significativa dos níveis de conhecimento acerca de temáticas relevantes sobre as funções e o funcionamento do Poder Legislativo. Os dados acerca do impacto na imagem pública levam à conclusão de que a experiência altera significativamente o conceito do Legislativo, altera-se consideravelmente a sua reputação perante os jovens egressos. Ao participar diretamente da discussão de temáticas relevantes para a sociedade e da disputa de posições e ideias na simulação parlamentar, a política passa a fazer parte da vida do indivíduo, facilitando a formação de uma opinião esclarecida.

A melhoria da imagem do Legislativo como resultado da participação não se apresenta como uma visão efêmera, como poderia se supor já que o PJB representa um estímulo ao aprendizado com período limitado de apenas uma semana contraposto a diversos outros estímulos no âmbito escola/universidade, de relações pessoais próximas (família, amigos e colegas de trabalho) e da mídia que tem sua linguagem e enfoque próprios para abordar a política, o que nem sempre facilita a compreensão acerca do funcionamento do Congresso Nacional. Essa relativa permanência da imagem fica evidente ao constatarmos que os dois maiores níveis<sup>17</sup> de melhoria somados representam de 73% a 90% e não há a constatação

---

<sup>17</sup> Escala de cinco níveis relativa ao efeito do PJB na imagem do Parlamento com as alternativas: melhorou muito, melhorou um pouco, ficou igual, piorou um pouco e piorou muito.



de uma tendência unidirecional de queda dessa percepção com o maior tempo decorrido da interação.

A criação de escolas do legislativo, de veículos de comunicação e de programas de relacionamento e de aproximação com os cidadãos, além das formas de participação popular diretamente no processo legislativo, se apresentam como estratégias das instituições parlamentares de se contrapor ao descrédito e desconfiança verificada largamente nas democracias modernas. O Parlamento Jovem Brasileiro, como uma dessas iniciativas, demonstra por meio dos resultados parciais deste levantamento que é possível inverter essa lógica por meio de ações educativas sistemáticas e continuadas. Quando comparados os níveis de confiança no Parlamento da população brasileira verificados pelo IBOPE e os níveis verificados junto aos egressos, há uma diferença positiva expressiva. Após a participação na simulação parlamentar, os jovens passam de um nível de desconfiança (47 em 100 pontos) para um nível de relativa confiança (71 pontos), com baixíssima diferença entre homens e mulheres. Esse resultado relativo à confiança no Legislativo apresenta uma leve tendência de melhoria da imagem, conforme aumenta o nível educacional dos egressos, de forma invertida em relação à imagem.

Este artigo apresenta de forma descritiva uma parte dos resultados de um amplo levantamento junto aos egressos de dez edições do projeto Parlamento Jovem Brasileiro da Câmara dos Deputados, sendo que novas análises desses dados utilizando-se de métodos inferenciais poderão trazer conhecimentos mais amplos acerca dos efeitos da participação e no engajamento cívico (participação política convencional e não convencional) e na confiança em relação a outras instituições, além do Legislativo. Estudos semelhantes com egressos de projetos correlatos e a posterior comparação com esse levantamento podem trazer relevantes conhecimentos para os impactos deste tipo de projetos para a cidadania do público jovem.

Mais do que um alto nível de melhoria da imagem pública do Poder Legislativo e da ampliação da confiança institucional, este estudo indica que esses



efeitos podem ser duradouros, o que reforça a importância desse tipo de estratégia para o fortalecimento dessa instituição que é um dos pilares da democracia.

## REFERÊNCIAS

ALDÉ, A; MENDES, G; e FIGUEIREDO, M. Imprensa e Eleições Presidenciais. In: Venício A. de Lima (Org.) **A Mídia nas Eleições de 2006**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

BALDISSERA, Rudimar. Significação e Comunicação na construção da imagem-conceito. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. São Leopoldo (RS): Unisinos. Vol.10 n. 3: (p.193-200), set/dez 2008.

BOSCHI, R. Instituições políticas, reformas estruturais e cidadania: dilemas da democracia no Brasil. In: Seminário Internacional Sobre Democracia na América Latina, 2004, Santiago. **Anais...** Chile, 2004.

CASTRO, M. M.M. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7-19, 1992.

CERVI, E. U. **Opinião Pública e Política no Brasil: o que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia**. Tese (doutorado em Ciência Política). IUPERJ. Rio de Janeiro, 2006. 359 f.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**. São Paulo: Vozes, 1998.

COLEN, M. C. L. As covariantes da confiança política na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v.16, n.1, 2010, p.1-27.

DAHL, R. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989.

DALTON, R. J. **Democratic challenges, democratic choices: the erosion of political support in advanced industrial democracies**. USA: Oxford University Press, 2007.

DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. New York: Harper & Row, 1957.

FERES Jr., J.; EISENBERG, J. Dormindo com o Inimigo: Uma Crítica ao Conceito de Confiança. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 49, nº 3, p. 457-482.

ESTEVES, J. P. Legitimação pelo procedimento e deslegitimação da opinião pública. In: SANTOS, José Manuel. **O pensamento de Niklas Luhmann**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005, p.281-320.

FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto – democracia e nacionalidade**. São Paulo: editora Sumaré, 1991.

FIGUEIREDO, A; e LIMONGI, F. O próximo passo. **Revista Plenarium**, ano IV, n. 4. Brasília: Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados, maio de 2007.



FIORINA, M. **Retrospective Voting in American National Elections**. New Haven: Yale University Press, 19821.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1990.

\_\_\_\_\_. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GOMES, Wilson. **Transformação da Política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Marcelo Bolshaw. Hermenêutica, Teoria Política e Imagem Pública. Anais do I Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Novembro/2006 – Salvador – BA. Disponível em: [http://www.compolitica.org/home/?page\\_id=70](http://www.compolitica.org/home/?page_id=70). Acesso em: 4/3/2015

HABERMAS, J. Opinião pública e poder. In: COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural na esfera pública**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Historia y crítica de la opinión pública**. Barcelona: G. Gili, 1994.

KEY, V.O. **The responsible electorate: rationality in presidential voting**. 1936-1966. Harvard University Press, 2013.

JOSHI, D.; ROSENFELD, E. MP. Transparency, Communication Links and Social Media: a comparative assessment of 184 Parliamentary Websites. **The Journal of Legislative Studies**, v.19, nº4, p.526-545. DOI: 10.1080/13572334.2013.811940.

LESTON-BANDEIRA. Studying the relationship between Parliament and citizens. **The Journal of Legislative Studies**, v.18, n.3-4, Sep-Dec. 2012, p.265-274.

LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LUHMANN, N. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

LIJPHART, A. **Democracy in the 21st century: can we be optimistic?** *European Review*, v. 9, n. 2, p. 169-184, 2001.

LOPES, D. M. N. N. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 1, 2004, p.162-187.

MIGUEL, Luis F. Representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.18, número 51, p.123-140, fev, 2003.

\_\_\_\_\_. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, 25, p.25-38, nov, 2005.

MIGUEL, L. F. A mídia e o declínio da confiança na política. **Sociologias**, Porto Alegre, v.10, nº 19, jan./jun. 2008, p. 250-273.

MOISÉS, J.A. **Democracia e desconfiança de instituições democráticas**. Edição do autor, 2009.

NÖELLE-NEUMAN, E. Pesquisa eleitoral e clima de opinião. **Opinião Pública**, v.1, n.2, 1993.



NOLETO FILHO, Pedro Aquino. **Mídia e política na imagem do Congresso**. Brasília: Edições Câmara, 2014. Versão eletrônica disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18759/midia\\_politica\\_noleto.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18759/midia_politica_noleto.pdf?sequence=1) Consultado em 04/03/15.

NORRIS, P. **Critical citizens: global support for democratic government**. USA: Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. **Democratic Deficit – Critical Citizens Revisited**. Cambridge University Press, 2011.

OFFE, C. How can we trust our fellow citizens? In: WARREN, M. E. (Ed.). **Democracy and trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

PORTO, M. A crise de confiança política e suas instituições: os mídia e a legitimidade da democracia. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.

POWER, T. J.; JAMINSON, G. D. Desconfiança política na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, Mar. 2005, p.64-93.

RIBEIRO, Ednaldo E. A. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 19, n. 39, 2011, p. 167-182.

SÁ, F. A. **Opinião pública, imprensa e parlamento**. Rio de Janeiro: *achegas.net*, v 2, n.o. 15, 2004. Disponível em: [http://www.achegas.net/numero/quinze/fernando\\_sa\\_15.htm](http://www.achegas.net/numero/quinze/fernando_sa_15.htm). Acesso em: 7/7/2014.

STOKER, G. **Why politics matters: making democracy work**. Palgrave Macmillan, Basingstoke, 2006.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Petropolis: Vozes, 1995.

THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TILLY, C. **Democracy**. New York: Cambridge University Press, 2008.

WEBER, Maria Helena. A imagem pública. In: RUBIM, Albino (Org.) **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EdUFBA, 2004; p. 262.

\_\_\_\_\_. O estatuto da imagem pública na disputa política. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v.12, n.3, setembro-dezembro 2009, p.11-26.